

O CONSUMO EXCESSIVO DE MEDICAMENTOS PSICOTRÓPICOS NA ATUALIDADE¹

Marcela Nasario²

Milena Mery da Silva³

RESUMO

O uso de psicotrópicos nos últimos anos mostrou-se crescente na sociedade, possivelmente por causa das novas cobranças do mundo atual que representam um papel importante nesse processo. Desde o seu surgimento os medicamentos são essenciais para o tratamento das mais diversas patologias, entre as quais os transtornos mentais, onde são usados, principalmente medicamentos psicotrópicos. Essas substâncias afetam diretamente o humor e o comportamento, pois, apresentam uma ação complexa que abrange a atividade dos neurotransmissores centrais, com implicações sistêmicas no organismo. Assim sendo, seu consumo abusivo pode resultar em graves consequências à saúde dos usuários, ou ainda na interação medicamentosa, inclusive, levando à dependência. O presente trabalho, a partir desta realidade, apresenta como objetivo primordial discorrer sobre o consumo excessivo de psicotrópicos pela população contemporânea, buscando compreender os motivos deste fenômeno. Para alcançar essas metas foi pesquisado em obras literárias que relatam a existência deste excesso e suas consequências, para que se possa vir a compreender o porquê do mesmo. Desta forma, o trabalho apresentado refere-se a um estudo bibliográfico, de caráter qualitativo, apresentando ainda cunho descritivo, uma vez que não tem o compromisso de explicar os fenômenos, servindo apenas de embasamento para tais explicações.

Palavras-chave: Medicamentos. Psicotrópicos. Consumo excessivo.

ABSTRACT

The use of psychotropic drugs in recent years proved to be increasing in society, possibly because of the new charges in today's world that play an important role in this process. Since its emergence drugs are essential for the treatment of several pathologies, including mental disorders, which are used mainly psychotropic medications. These substances directly affect

¹ Artigo científico apresentado na Pós-Graduação de Saúde Mental e Atenção Psicossocial (*Lato Sensu*) no Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí – UNIDAVI.

² Graduada em Serviço Social, cursando Pós-graduação em Saúde Mental e Atenção Psicossocial (*Lato Sensu*) no Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí – UNIDAVI.

³ Terapeuta Ocupacional. Mestre Profissional em Saúde Mental e Atenção Psicossocial. Professora Orientadora do Artigo destinado ao curso de Pós-Graduação em Saúde Mental e Atenção Psicossocial do Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí - UNIDAVI.

mood and behavior therefore have a complex action covering the activity of the central neurotransmitters, with systemic implications in the body. Thus, their abuse can result in serious consequences to the health of users, or the drug interaction, even leading to addiction. This paper, from this fact, has as its primary objective discuss the excessive consumption of psychotropic drugs by contemporary people, trying to understand the reasons for this phenomenon. To achieve these goals was investigated in literary works that report the existence of excess and its consequences, so that we can come to understand why the same. In this way, the work presented refers to a bibliographic study of qualitative and contains descriptive nature, since it has not committed to explain the phenomena, serving only the basis for such explanations.

KEYWORDS: Medications. Psychotropics. Excessive consumption.

1. INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade, o ritmo e estilo de vida predominantes levam a população a vivenciar situações cada vez mais estressantes e difíceis. Cobranças por produtividade, trânsito intenso, excesso de atividades, balbúrdia; podem levar as pessoas à busca de soluções para contornar a ansiedade decorrente destas vivências. Uma das opções adotadas refere – se ao uso de substâncias psicoativas, às vezes para dormir melhor ou até mesmo ter um maior rendimento nas atividades cotidianas.

Os medicamentos psicotrópicos têm como principal objetivo o tratamento de pessoas em sofrimento psíquico, contudo, são prescritos e utilizados para as mais diversas situações. Estudos evidenciam que, entre os mais consumidos pela população adulta encontram-se os da classe dos ansiolíticos, sendo que, o motivo envolve vários fatores, entre os quais, cita-se o estresse, a depressão, a ansiedade, a insônia, problemas sociais, entre outros.

Relatam Simões e Farache-Filho (1988 *apud* MONTEIRO 2008, p. 3) que “a utilização de fármacos psicoativos, em determinadas situações, é necessária e são eficazes em muitos casos; no entanto, o abuso e a automedicação pela população são questionados”. O uso exacerbado desses medicamentos é um fato na sociedade atual, gerando preocupação entre as autoridades de saúde, pois, é sabido que a utilização prolongada dos psicofármacos, além de efeitos colaterais indesejáveis, provoca dependência química e geram dificuldades quanto ao término do tratamento.

Especialistas ressaltam a facilidade em adquirir este tipo de medicação, mesmo sendo controlados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), como também, apontam a

falta de orientação médica sobre os cuidados necessários durante o tratamento. Percebe-se assim que, o fato do uso indiscriminado não abrange exclusivamente o paciente e o sistema de dispensação, mas uma série de outros fatores, entre os quais, as atitudes dos profissionais de saúde.

Tendo em vista os aspectos apontados, o estudo, conforme citado anteriormente, discorre sobre o consumo exagerado de psicotrópicos pela população, demonstrando, com base em obras literárias, a existência deste fenômeno. Ademais, aponta os pressupostos desta situação e suas possíveis consequências. Trata-se, portanto, de um estudo com caráter bibliográfico e abordagem qualitativa, pois, segundo Richardson (1989), esta modalidade de pesquisa analisa a relação dinâmica existente entre o sujeito e a realidade, descrevendo a complexidade de determinada problemática, sem o compromisso de obter resultados numéricos.

A pesquisa apresenta ainda cunho descritivo, pois, de acordo com Gil (1999), esta caracteriza-se como sendo intermediária entre os trabalhos exploratórios e os explicativos, uma vez que, não é tão inovadora e tampouco tão aprofundada como estas formas de estudo pressupõem. Ademais, não apresenta o compromisso de tecer explicações sobre seu objeto de estudo, almejando apenas descrever, relatar e comparar dados.

Frente os aspectos descritos até o momento, os itens subsequentes apresentam um breve histórico de saúde mental, principalmente no Brasil, passando a descrever a evolução dos psicofármacos, aliado à sua ação no organismo e por fim apresenta o consumo excessivo de psicotrópicos e evidenciando sua importância para a comunidade científica.

2. SAÚDE MENTAL: AVANÇOS E DESAFIOS

As doenças de ordem psíquica, durante um longo período da história, eram tidas como uma anormalidade, alienação e até mesmo “aberração”, não sendo vistas e nem tratadas como patologias, mas como algo inerente a determinados seres humanos. Segundo Bastos (2007), os portadores de patologias de cunho mental eram vítimas de zombaria, preconceitos e exclusão, sendo, frequentemente, confinados em quartos e assim, isolados do convívio social.

Com o crescimento das cidades, os “loucos” que não eram confinados e viviam perambulando pelas ruas, começam a “incomodar” a população. Passaram, então a interná-los em hospitais, porém, longe dos demais pacientes, pois, de acordo com Bastos (2007) eram

confinados aos porões e sofriam maus tratos constantes. Deste modo, o objetivo principal não era o tratamento destes sujeitos, mas sim sua exclusão e isolamento social.

De acordo com Cavalcanti, Mesquita & Novellino (2010, p.3), portanto,

A psiquiatria nasce, no Brasil com o desígnio de resguardar a população contra os exageros da loucura, ou seja, não havia finalidade em buscar uma cura para aqueles acometidos de transtornos mentais, mas sim, excluí-los do seio da sociedade para que esta não se sentisse amofinada.

Posteriormente, surgem locais específicos para estes sujeitos, chamados de hospitais psiquiátricos, os quais também são denominados de asilos, manicômios e hospícios. Segundo Rocha (1989, p. 15) “é a psiquiatria que cria espaço próprio para o enclausuramento do louco – capaz de dominá-lo e submetê-lo.” A função principal destes lugares ainda não era o tratamento, mas sua contenção e exclusão. Contudo, segundo Masiero (2003) algumas técnicas começam a ser utilizadas, com o intuito de alterar comportamentos inadequados e remover sintomas psicopatológicos destes doentes, sendo elas a lobotomia e leucotomia, procedimentos cirúrgicos com o intuito de desligar os lóbulos frontais direitos e esquerdos do encéfalo.

Cabe ressaltar aqui, que, além dos tratamentos cirúrgicos, a intervenção medicamentosa nos pacientes psiquiátricos neste momento, era feita, principalmente, com a utilização de morfina, cocaína e heroína. Segundo Scavone e Gorenstein (1999, p.2) “A história da psicofarmacologia moderna inicia-se no final da década de 40, quando foram introduzidos os primeiros fármacos com a finalidade específica de tratar os transtornos psiquiátricos.” De acordo com os referidos autores, a partir deste período o lítio começa a ser usado, juntamente com outros psicofármacos, como ansiolíticos, antidepressivos e antipsicóticos, havendo evoluções gradativas, a partir do desenvolvimento de pesquisas, principalmente empíricas.

Convém ressaltar, que até a década de 80, no Brasil, os hospitais psiquiátricos eram os principais lugares para tratamento das pessoas com problemas mentais. Contudo, segundo Oliveira (2007) a partir deste momento, inicia-se um movimento chamado de Reforma Psiquiátrica, o qual teve como objetivo a criação de uma nova política de tratamento em saúde mental, através da desinstitucionalização da loucura. Em outras palavras, almejava-se, entre outras ações, a criação de Centros de Atenção Psicossocial (CAPS).

O referido autor aponta que, deste então, vários avanços foram ocorrendo, chegando efetivamente à criação de locais de tratamento não hospitalar e ao desenvolvimento de uma

política nacional de saúde mental, voltada ao restabelecimento da autonomia do usuário e sua integração social. Desta forma, a intenção é que os tratamentos sejam realizados no convívio com a família, fortalecendo estes vínculos e incentivando a inserção dos pacientes nos vários grupos sociais, contudo, tendo o apoio tanto medicamentoso, quanto psicoterapêutico necessário.

A Lei nº 10.216, sancionada no ano de 2001 e conhecida também como “Lei Paulo Delgado”, veio direcionar a assistência em saúde mental, destacando a oferta de tratamento em serviços de base comunitária. Esta mesma lei discorre sobre a proteção e os direitos das pessoas acometidas por doenças mentais (GARRIDO; SANTOS, 1998), entretanto, não há como garantir a estes sujeitos o pleno exercício de seus direitos, uma vez que, ainda são vítimas de preconceito e exclusão social, demandando grandes mudanças de paradigmas.

Amarante (2003) corrobora com estas concepções ao enfatizar ainda que, mesmo com os avanços obtidos e com o desenvolvimento global, as condições de saúde mental ainda têm muito que evoluir. Isto deve-se, principalmente ao fato de que, além dos problemas e das dificuldades que os sujeitos portadores de distúrbios mentais sofrem, ainda vivenciam situações nas quais são hostilizados pelos demais e precisam conviver com o preconceito e a exclusão cotidiana (WAIDMAN *et al.*, 2011). Destarte, não usufruem na íntegra de seus direitos como cidadão, fato este que pode agravar suas condições clínicas, aumentar seu sofrimento e ainda, induzir ao uso excessivo de psicofármacos.

3. PSICOFÁRMACOS: SUA TRAJETÓRIA E UTILIZAÇÃO

Conforme visto até o momento, inicialmente havia pouquíssimos tratamentos medicamentosos para os pacientes com sofrimento psíquico. Da década de 50 em diante, o ramo farmacêutico, principalmente na área da psiquiatria, ampliou seus horizontes de atuação, com a chamada “revolução psicofarmacológica” (Birman, 1999 *apud* LUZIO & SANTOS, 2012, p.2). Descreve em sua obra, Luzio e Santos (2012, p. 2) que “os psicofármacos ganharam espaço no tratamento na saúde mental nos últimos trinta anos, renunciando a psicanálise e rompendo com o diálogo até então existente entre a psicologia e a medicina”.

O processo mencionado conduz à utilização cada vez maior destes medicamentos, vindo como opção preferencial de tratamento a uma série de doenças de cunho mental, emocional e social. Isto deve-se ao fato de que os psicotrópicos - classificados dentro dos psicofármacos como

drogas medicamentosas que atuam no Sistema Nervoso Central (SNC) - produzem alterações no comportamento, humor e cognição; tendo grande propriedade reforçadora, sendo, inclusive, passíveis de autoadministração (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE, 1981).

Segundo Katzung (1998 *apud* BRIGIDO, 2008), as drogas que atuam no Sistema Nervoso Central estão entre as primeiras que foram descobertas pelos seres humanos e ainda hoje é o grupo mais vastamente utilizado, porém, no cenário atual, com fins específicos, descobertos através de inúmeras pesquisas e anos de estudos. Os fármacos, rotulados como psicotrópicos (por exemplo: benzodiazepínicos, barbitúricos e opióides), tem seu uso medicamentoso permitido, sendo sua aquisição controlada por receituário médico adequado.

Apesar das condições descritas, estudos indicam o uso cada vez mais acentuado das substâncias psicoativas, sendo que, mesmo com a reforma psiquiátrica, Onocko-Campos *et al* (2013, p 2889.) apontam que a medicalização ainda é uma prática comum, inclusive com a “renovação de receitas”, independente da presença do paciente e de novas avaliações.

Cabe destacar que, de acordo com o referido autor, as práticas citadas, embasam-se nas grandes demandas existentes e na necessidade de evitar a interrupção dos tratamentos. Porém, tornam-se parte integrante da problemática, uma vez que o paciente usa a intervenção medicamentosa por um período de tempo indeterminado, por vezes, além do necessário. O objetivo deste estudo, portanto, ancora-se na realidade apresentada até o momento, ao buscar apontar o uso excessivo de psicofármacos, bem como, os motivos desta situação, conforme descrito no item subsequente.

4. O CENÁRIO ATUAL E O USO EXCESSIVO DE PSICOTRÓPICOS

Tendo em vista o cenário contemporâneo repleto de exigências e estímulos variados, desde 2001, a Organização Mundial da Saúde (OMS) alerta que vem ocorrendo um aumento gradativo de sujeitos com sofrimento psíquico, totalizando aproximadamente, quatrocentos milhões de pessoas no mundo. Deve-se lembrar de que, a saúde mental é um direito do cidadão, o qual encontra-se previsto na Constituição Federal (CF) para garantir bem-estar mental, além de integridade psíquica e pleno desenvolvimento intelectual e emocional (BRASIL, 2008). Apesar disso, nem sempre este é assegurado, devido a uma série de fatores, principalmente, socioeconômicos, mas também, com forte cunho histórico e cultural.

Tajima (2001 *apud* BRIGIDO, 2008) descreve que em diversos países ocidentais tem crescido o uso de psicofármacos nas últimas décadas, como também em alguns países orientais. Menciona ainda o referido autor, que este aumento deve-se a um conjunto de fatores, entre eles, o modo de vida atual, o crescente número de diagnósticos de transtornos psiquiátricos na população, ao ingresso de novos psicofármacos no mercado farmacêutico e às novas indicações terapêuticas para psicotrópicos já existentes.

Segundo informações obtidas no Relatório do Departamento Internacional de Controle de Narcóticos, da Organização das Nações Unidas (ONU), apesar do grande número de pessoas em sofrimento psíquico, o uso de medicamentos controlados e específicos para estas patologias, sem crescendo consideravelmente, sua utilização “já supera a heroína, o ecstasy e a cocaína somados”. Entre os consumidores de maior porte destes psicofármacos estão Estados Unidos, Argentina e Brasil, necessariamente nesta ordem.

Wiggers (2004 *apud* BRIGIDO, 2008) relata que a prescrição e venda de substâncias psicotrópicas no Brasil são regulamentadas pela portaria 344/98⁴, a qual determina a notificação de uma receita para que a dispensação do mesmo seja autorizada. Para tanto, o receituário é mantido nas instituições, visando fiscalização de controle, além de poder ser utilizado como uma fonte de informação preciosa sobre a prática atual de prescrição/dispensação de medicamentos psicotrópicos. Apesar desta situação, a aquisição de receituários controlados não é algo de difícil acesso, uma vez que, faz parte da conduta médica a prescrição cada vez maior destas substâncias, frente queixas diversas, não somente para pacientes com sofrimento psíquico.

Segundo dados obtidos junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA, 2007), entre os psicofármacos mais consumidos no Brasil, encontram-se os ansiolíticos, antidepressivos e emagrecedores. Este órgão evidenciou que, dentre os princípios ativos com maior consumo no país, no período de 2007 à 2010, encontram-se o clonazepam (Rivotril), bromazepam (Lexotan) e alprazolam (Frontal). No ano de 2010, segundo informações obtidas

⁴ **Portaria n.º 344**, de 12 de maio de 1998. - Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial. O Secretário de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, no uso de suas atribuições e considerando a Convenção Única sobre Entorpecentes de 1961 (Decreto n.º 54.216/64), a Convenção sobre Substâncias Psicotrópicas, de 1971 (Decreto n.º 79.388/77), a Convenção Contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas, de 1988 (Decreto n.º 154/91), o Decreto-Lei n.º 891/38, o Decreto-Lei n.º 157/67, a Lei n.º 5.991/73, a Lei n.º 6.360/76, a Lei n.º 6.368/76, a Lei n.º 6.437/77, o Decreto n.º 74.170/74, o Decreto n.º 79.094/77, o Decreto n.º 78.992/76 e as Resoluções GMC n.º 24/98 e n.º 27/98. Disponível em site:<http://www.anvisa.gov.br/hotsite/talidomida/legis/Portaria_344_98.pdf>. Acessado em outubro de 2015.

junto às farmácias cadastradas, A ANVISA constatou que foram dispensadas 10,5 milhões de caixas de clonazepam, o que indica uma quantidade elevada do uso deste medicamento.

A partir desta realidade, é importante apontar que, segundo a OMS (1990), o consumo exagerado e indiscriminado dos fármacos, especialmente os psicotrópicos, tem sido avaliado como um grave problema por autoridades sanitárias. Isto, devido aos sérios danos que causam à saúde da população, pois tratam uma determinada patologia, podendo acarretar outras. Seu uso precisa ser cuidadosamente acompanhado, porque o conhecimento de seus efeitos no Sistema Nervoso Central, ainda constitui um grande desafio aos profissionais desta área, não sendo totalmente conhecidos.

Conforme apontam Maia e Albuquerque (2000) na sociedade atual há uma busca incessante dos sujeitos pela satisfação imediata de suas necessidades. Principalmente, devido ao desenvolvimento tecnológico e informacional, a cultura do “imediatismo” é predominante no meio social. Esta característica do homem contemporâneo estende-se a todas as áreas de sua vida, inclusive, no diz respeito à forma como enfrenta suas angústias, tristezas e ansiedades. Neste contexto, a medicação é o método mais rápido para sanar estes sintomas, nem sempre sendo o mais recomendado ou eficaz.

As próprias cobranças cotidianas por rendimento e produtividade - em um mercado de trabalho altamente competitivo - aliadas à busca constante pelo prazer e à necessidade de demonstrar felicidade a todo momento; contribuem para aumentos abusivos no uso de psicofármacos (MAIA & ALBUQUERQUE, 2000, p.83). De acordo com os referidos autores, o objetivo é “[...] permanecer no estado de prazer e alegria, ao preço de se eliminar parte da experiência humana. É como se, socialmente, não se reconhecessem mais a dor e a frustração como constitutivos do percurso [...].”

Sob estes aspectos, um fator merecedor de atenção, diz respeito à autocobrança e à patologização dos sujeitos, uma vez que, segundo Maia e Albuquerque (2000, p.83),

Dor e frustração deixam de ser indicadores dos limites inerentes à existência daquele sujeito singular. Ou seja, veicula-se a ideia de que essa imagem ideal de pleno prazer está disponível para todos a mínimo esforço e que a não concretização deste modelo decorre de problemas particulares daquele sujeito.

Para Foucault (2001) a medicalização é a modernização de um método clínico como produção de uma verdade sobre a doença. Menciona ainda o autor, que a medicalização caracteriza-se como um processo pelo qual a medicina se adapta ao modo de viver da sociedade,

e assim, o legisla e normatiza sobre os seus mais diferentes comportamentos. Em outras palavras, a prescrição e o uso de psicofármacos encontram-se intrinsecamente ligadas ao momento histórico atual e às suas características. Assim, estas responsabilizam os sujeitos por seu estado emocional, cobram constantemente por produtividade e sucesso, enfim, exigem adaptação ao estilo de vida contemporâneo.

A situação apresentada pode causar inúmeras consequências aos sujeitos, pois a ideia é suprimir o sofrimento, uma vez que o bem-estar pleno encontra-se ao alcance de todos, na forma de “pílulas mágicas”, capazes de eliminar os problemas e aumentar a produtividade (TAVARES & HASHIMOTO, 2010, p.92). Contudo, estes medicamentos, na maioria das vezes, tratam apenas os sintomas, não atuando especificamente nas causas dos problemas. Outro aspecto importante é o fato de que com o tempo, o psicotrópico vai perdendo sua eficácia, levando à necessidade de dosagens cada vez maiores, podendo induzir à automedicação, através do aumento do número de comprimidos ingeridos por conta própria, ou seja, sem consentimento e acompanhamento médico.

Outro motivo para o uso excessivo de psicotrópicos segue uma linha de raciocínio diferenciada da anterior, pois, segundo as concepções de Bogochvol (1997) a união da Psiquiatria com as Neurociências, possibilita bases biológicas para explicar uma série de fenômenos psiquiátricos. Partindo deste pressuposto, as doenças emocionais são derivadas de alguma alteração neurológica, estando, portanto, suas causas na esfera biológica do sujeito. Deste modo, a forma mais adequada de tratamento para estas patologias é a medicamentosa, por agir especificamente nas áreas afetadas.

Frente o cenário apresentado até o momento, convém apontar que, de acordo com Onocko-Campos *et al* (2013, p. 2889) “problemas não médicos tornam-se diagnosticáveis e tratáveis como problemas médicos”. Assim, os autores destacam que a quantidade de transtornos mentais aumentou significativamente no decorrer dos últimos 60 anos, conseqüentemente, o número de drogas desenvolvidas e aprovadas para seu tratamento e a sua utilização, também cresceu.

Mesmo sabendo que os estudos, o desenvolvimento cultural e a evolução científica encontram-se interligados a uma compreensão mais ampla do que se entende como sendo patológico - possibilitando diagnósticos mais precisos -, é necessário lembrar que os financiamentos para pesquisas nesta área, são oriundos, principalmente, das indústrias

farmacêuticas. Este ramo, segundo Onocko-Campos *et al* (2013) caracteriza-se como uma das indústrias com maior lucratividade mundial, alavancando, inclusive, produções científicas nesta área específica. Assim, os investimentos no desenvolvimento de psicofármacos diferenciados são significativos.

O fato apresentado acarreta implicações sobre a utilização em grande escala dos psicotrópicos. Ou seja, porque buscar alternativas diferenciadas e tratamentos a longo prazo, quando há uma infinidade de pílulas capazes de proporcionar bem-estar imediato às aflições cotidianas, mantendo-se assim, plenamente atuante na sociedade. Moynihan e Cassels (2007, p. 151, *apud* LUZIO & SANTOS, 2012) relatam que:

[...] em meio a campanhas de promoção, a indústria farmacêutica, que movimenta cerca de 500 bilhões dólares por ano, explora os nossos mais profundos medos da morte, da decadência física e da doença - mudando assim literalmente o que significa ser humano. Recompensados com toda razão quando salvam vidas humanas e reduzem os sofrimentos, os gigantes farmacêuticos não se contentam mais em vender para aqueles que precisam. Pela pura e simples razão que, como bem sabe Wall Street, dá muito lucro dizer às pessoas saudáveis que estão doentes.

De acordo com Pelegrini (2003), o uso abusivo de psicotrópicos na contemporaneidade encontra-se interligado por vários fatores, entre eles, a prescrição excessiva destes medicamentos, a renovação automática de receitas, inclusive dispensando a presença do paciente; os incentivos da indústria farmacêutica, os aspectos culturais - onde no cenário atual busca-se incessantemente a felicidade e o prazer, além da cobrança por um sujeito produtivo e atuante -; o imediatismo com que os medicamentos fazem efeito. Enfim, é possível dizer que a utilização excessiva de psicofármacos está mais associada à visão de que, conforme Pelegrini (2003, p. 37) “se encontra nas medicações uma cura padronizada para todos os males da alma”, do que às patologias mentais propriamente ditas, fato que merece cada vez mais atenção tendo em vista sua importância e consequências à saúde da população.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociedade atual apresenta características diferenciadas e estas trazem implicações variadas sobre os sujeitos. O ritmo de vida acelerado, as cobranças por produtividade, a necessidade de demonstrar felicidade e bem-estar a todo custo, o imediatismo que permeia as relações, a rapidez de acesso às informações, o desenvolvimento científico; enfim, este conjunto de fatores pode levar os sujeitos à busca por soluções rápidas e práticas aos problemas decorrentes desta realidade. Neste contexto, a patologização dos sujeitos é uma constante, uma vez que, para enquadrar-se na realidade atual o uso de psicotrópicos é uma opção cada vez buscada pelas pessoas, a qual é reforçada pela área médica.

Diante desta situação vivenciada pelos portadores de sofrimento psíquico, inúmeras ações são desenvolvidas a fim de amenizar este sofrimento e proporcionar aos mesmos, melhor qualidade de vida. Dentre estas, atualmente existem vários programas com a finalidade de promover a inclusão social dos sujeitos com transtornos mentais, através de tratamentos multi e interdisciplinares, com acesso ao trabalho, ao lazer e entretenimento, buscando fortalecer os laços familiares e afetivos, enfim, visando propiciar condições dignas de existência a estes sujeitos.

Embora tenha ocorrido evoluções no que diz respeito à saúde mental no Brasil, podemos perceber que ainda há um longo caminho a se percorrer, atualmente, grande parte dos profissionais que atendem os pacientes com sofrimento psíquico, alegam que não há uma política eficaz para o setor em favor dos pacientes e muito menos para os profissionais envolvidos neste processo, onde muitos deles acabam adoecendo por conta da rotina de trabalho, extremamente desgastante e estressante. O que acaba elevando cada vez mais o número de pessoas que apresentam algum tipo de sofrimento psíquico.

Portanto percebe – se, que o aumento no consumo de medicamentos psicotrópicos deve-se a um conjunto de fatores, entre eles, ao crescente número de diagnósticos de transtornos psiquiátricos na população, ao ingresso de novos psicofármacos no mercado farmacêutico e às novas indicações terapêuticas para psicotrópicos já existentes.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. RDC nº. 67, de 08 de outubro de 2007. **Boas Práticas de Medicamentos de Preparações Magistrais e Oficiais para uso Humano em Farmácias**. D.O.U. Brasília, DF, 2007.

AMARANTE, P. Bases conceituais e históricas do campo da saúde. **In: Saúde mental, políticas e instituições: programa de educação à distância**. Rio de Janeiro: FIOTEC/FIOCRUZ, 2003.

BASTOS, O. **Primórdios da psiquiatria no Brasil**. *Rev. Psiquiatr. Rio Gd. Sul*, Mai/Ago. 2007, 29:2, 154-155. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rprs/v29n2/v29n2a04.pdf> > Acessado em: setembro de 2015.

BRASIL. Portaria nº 344, de 12 de maio de 1998. Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial. Disponível em site: < http://www.anvisa.gov.br/hotsite/talidomida/legis/Portaria_344_98.pdf >. Acessado em: agosto de 2015.

_____, Ministério Público Federal. **Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão**. Cartilha: Direito à saúde mental. Brasília, n. 2, v. 5, 2008.

_____, ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 1990. **Declaração de Caracas**. Disponível em site: < pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/legislacao/.../view >. Acessado em: agosto de 2015.

_____, Organização Mundial da Saúde. **Relatório sobre saúde no mundo 2001. Saúde mental: nova concepção, nova esperança**. Genebra: OMS, 2001.

_____. Ministério da Saúde. Conferência Nacional de Saúde Mental. **III Conferência Nacional de Saúde Mental: Caderno Informativo / Secretaria de Assistência à Saúde, Conselho Nacional de Saúde – Brasília, 2001**.

_____. Presidência da República. **Lei n. 10.216, de 06 de abril de 2001**. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília (DF), 2001.

BRÍGIDO, Aline Andrade. **Prevalência do Consumo de Substâncias Psicotrópicas por Adolescentes de uma Escola de Criciúma – SC**, 2008. Disponível em site: < www.bib.unesc.net/biblioteca/sumario/000037/00003788..pdf >. Acessado em: agosto de 2015.

BOGOCHVOL, A. **Algumas reflexões sobre a psiquiatria biológica**. Em: Pulsional Revista de Psicanálise. Ano X, no. 99. São Paulo, 1997.

CAVALCANTI, Maria T.; MESQUITA, JOSÉ F. de; NOVELLINO, Maria S. F. **A Reforma Psiquiátrica no Brasil: Um Novo Olhar Sobre o Paradigma da Saúde Mental**. Disponível em: <

http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2010/docs_pdf/eixo_4/abep2010_2526.pdf>. Acessado em: setembro de 2015.

FOUCAULT, M. **O Nascimento da Clínica** (5. ed.). Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária, 2001.

GARRIDO, P. S. M.; SANTOS, B. S. **Especialização em Saúde Mental em uma Abordagem Multiprofissional**. Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde (FEPECS)/ Escola Superior de Ciências da Saúde (ESCS). Brasília, s.m. 1998.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

LUZIO, Ana Carolina Pereira da Silva, Cristina Amélia; SANTOS, Kwame Yonatan Poli dos. **A Explosão do Consumo de Ritalina**. Revista de Psicologia da UNESP 11(2), 2012. 44. Disponível em site:< seer.assis.unesp.br/index.php/revpsico/article/download/23/20>. Acessado em: agosto de 2015.

MAIA, M. e ALBUQUERQUE, A. Cultura contemporânea, imediatismo e desamparo. IN: Pulsional: Revista de Psicanálise. Ano XIII, N°. 132, 2000.

MASIERO, André Luis. **A Lobotomia e a Leucotomia nos Manicômios Brasileiros**. *Hist. cienc. saude-Manguinhos* [online]. 2003, vol.10, n.2, pp. 549-572. ISSN 1678-4758. Disponível em:<<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702003000200004>>. Acessado em: outubro de 2015.

MONTEIRO, Verônica de Fátima Ferreira. **Perfil dos Medicamentos Ansiolíticos Atendidos na Farmácia Municipal de Campos dos Goytacazes – RJ NO ANO DE 2008**. Disponível em site:< www.fmc.br/tcc25.pdf>. Acessado em: agosto de 2015.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE: **Psicotrópicas ou Drogas Psicotrópicas**. Disponível em:< <http://www.imesc.sp.gov.br/pdf/artigo%201%20-%20DROGAS%20PSICOTR%C3%93PICAS%20O%20QUE%20S%C3%83O%20E%20COMO%20AGEM.pdf>>. Acesso em: outubro de 2015.

OLIVEIRA, J. A. M., PASSOS, E. **A implicação de serviços de saúde mental no processo de desinstitucionalização da loucura em Sergipe**. Vivência (Natal). v.1, p.259 - 275, 2008.

ONOCKO-CAMPOS, Rosana Teresa et al. **A Gestão Autônoma da Medicação: Uma Intervenção Analisadora de Serviços em Saúde Mental**. *Ciênc. saúde coletiva* [online]. 2013, vol.18, n.10, pp. 2889-2898. ISSN 1413-8123. <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232013001000013>>. Acessado em Setembro de 2015.

PELEGRINI, M. R. F. O abuso de medicamentos psicotrópicos na contemporaneidade. *Psicol. cienc. prof.*, Brasília, v. 23, n. 1, mar. 2003. Disponível em:< http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932003000100006>. Acessado em: outubro de 2015.

RICHARDSON, Roberto Jerry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1989.

ROCHA, Gilberto S. – Introdução ao nascimento da psicanálise no Brasil. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1989

SCAVONE, Cristóforo; GORENSTEIN, Clarice. **Avanços em Psicofarmacologia - Mecanismos de Ação de Psicofármacos Hoje**. *Rev. Bras. Psiquiatr.* [online]. 1999. Disponível em:<<http://dx.doi.org/10.1590/S1516-44461999000100012>>. Acessado em: outubro de 2015.

TAVARES, Leandro A. T.; HASHIMOTO, Francisco. **A relativa legitimidade da depressão na atualidade: contribuições para uma ética psicanalítica do sujeito**. 2010. Disponível em:<http://www.psicopatologiasfundamental.org/uploads/files/latin_american/v7_n1/a_relativa_legitimidade_da_depressao_na_atualidade.pdf>. Acessado em: outubro de 2015.

WAIDMAN, M. A. P. et. al. **Assistência de enfermagem às pessoas com transtornos mentais e às famílias na Atenção Básica**. Revista Escola de Enfermagem da USP, São Paulo, 2011.